

Comunicação Pública e acessibilidade para pessoas com deficiência: análise do Portal do Aluno da Universidade Federal de Santa Maria

Maria Eduarda Thaddeu PEDROSO
Isabela de Andrade FREITAS
Gabriela Marega Seyfert
Jacqueline Quincozes da Silva KEGLER
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, SM.

RESUMO

O artigo apresenta como tema Comunicação Pública e acessibilidade, tendo o objetivo de analisar o Portal do Aluno da Universidade Federal de Santa Maria para o uso de pessoas com deficiência, utilizando como metodologia pesquisa bibliográfica e documental e abordando seus conceitos a partir dos autores Duarte (2007), Brandão (2007), Eliany Alvarenga de Araújo e a Constituição Federal. A pesquisa faz a análise do Portal do Aluno da UFSM a partir das recomendações do WCAG 2.1 e do eMAG 3.1 e contribui para a adoção de práticas para a promoção de acessibilidade Web em futuros projetos institucionais e de atualização do Portal do Aluno da Universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública; acessibilidade; deficiência; Relações Públicas; Portal do Aluno.

Introdução

No decorrer das últimas décadas, muito se foi e ainda é debatido sobre inclusão nas instituições de ensino do Brasil. Segundo André Freire, “o avanço das novas tecnologias de computação móvel e ubíqua que utilizam a Web, assim como os avanços sociais para inclusão das pessoas com necessidades especiais têm colocado o tema de acessibilidade na Web em destaque nos ambientes acadêmicos” (2008, p.8). Na perspectiva pública da comunicação, a “implementação de ações educativas junto a estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior é uma questão de democracia e cidadania.” (CASTANHO, et al 2006; p.1)

¹ Trabalho apresentado na DT IJ03 - Relações Públicas do 22º Congresso de Ciência da Comunicação Sul, realizado de 8 a 10 de junho de 2023.

² Graduanda em Comunicação Social - Relações Públicas pela UFSM, email: gabriela.seyfert@acad.ufsm.br

³ Graduanda em Comunicação Social - Relações Públicas pela UFSM, email: isabela.andrade@acad.ufsm.br

⁴ Graduanda em Comunicação Social Relações Públicas pela UFSM, email: maria.pedroso@acad.ufsm.br

⁵ Orientadora do trabalho, Professora doutora do curso de Relações Públicas e tutora do Programa de Educação Tutorial em Comunicação Social - PETCOM/UFSM, email: jaqueline.kegler@ufsm.br

Essa responsabilidade das universidades tange a prática da Comunicação Pública, abordada por Elizabeth Brandão(2007) como “aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (2007, p. 9). A autora identifica as diferentes áreas do conhecimento e atividade profissional, sendo essas: Comunicação Organizacional, Comunicação Científica, Comunicação Governamental, Comunicação Política e Comunicação da Sociedade Civil. Dentro dessas esferas, infere-se no cenário universitário a Comunicação Científica, a qual produz e divulga conhecimento científico, bem como a Comunicação Organizacional, na qual se insere a presente pesquisa, interpretada pela autora como aquela que

Trata de analisar a comunicação no interior das organizações e entre ela e seus públicos, buscando estratégias e soluções. Sua característica é tratar a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos e construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas (BRANDÃO, 2007, p.1).

O presente estudo apresenta como objetivo a análise de acessibilidade para pessoas com deficiência no Portal do Aluno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tendo como objetivos específicos compreender as relações teóricas de Comunicação Pública com acessibilidade e apontar possíveis melhorias no portal do aluno.

Segundo dados disponibilizados pelo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ no ano de 2010, mais de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Frente ao cenário contemporâneo de novas tecnologias, torna-se necessário a devida atenção para que essas sejam adaptadas corretamente para a necessidade dos usuários. É nesse contexto que se configura a justificativa da pesquisa, visto o compromisso das universidades públicas à oferta de portais acessíveis para todo o seu público, para que assim seja possível a consolidação de direitos e redução de desigualdades no cenário acadêmico.

O avaliador de acessibilidade Diretrizes de Acessibilidade de Conteúdo da Web (WCAG) foi desenvolvido pelo World Wide Web Consortium com “o objetivo de fornecer um padrão compartilhado para acessibilidade de conteúdo da Web que atenda às necessidades de indivíduos, organizações e governos internacionalmente”(WCAG 2.1, 2018). A presente pesquisa

utiliza como metodologia o WCAG na versão 2.1, desenvolvida no ano de 2018. Já o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) desenvolvido pelo Governo Federal, é compromissado com a adaptação de conteúdos digitais visando o acesso a todos. Utilizou-se na realização do estudo a versão 3.1, de 2014.

A partir das avaliações de acessibilidade e do estudo realizados, foram obtidos resultados os quais mostram que o Portal do Aluno da UFSM apresenta falhas em diversas pautas. A avaliação de acessibilidade é um recurso muito útil para a melhoria da acessibilidade em sites e o Portal do Aluno sofreria uma melhora significativa acatando as sugestões disponíveis e corrigindo os erros.

Metodologia

O presente estudo utiliza como analogia o trabalho “ACESSIBILIDADE VIRTUAL: Um Estudo Acerca da Acessibilidade, Usabilidade e Comunicabilidade em portais Institucionais Federais” dos autores Leonardo Rodrigues de Almeida;

Na elaboração da pesquisa, foi utilizado como metodologia as Diretrizes de Acessibilidade de Conteúdo da Web (WCAG) 2.1, recomendação do World Wide Web Consortium de 05 de junho de 2018. O World Wide Web Consortium (W3C) é uma comunidade internacional que desenvolve padrões que garantem o crescimento de longo prazo da Web. O avaliador de acessibilidade WCAG 2.1 foi desenvolvido com “o objetivo de fornecer um padrão compartilhado para acessibilidade de conteúdo da Web que atenda às necessidades de indivíduos, organizações e governos internacionalmente”(WCAG 2.1, 2018), e de acordo com o W3C ao seguir as Diretrizes de Acessibilidade WCAG 2.1 é possível tornar o conteúdo mais acessível a um número maior de pessoas com deficiência.

Já o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) é um avaliador de acessibilidade em sites desenvolvida pela cooperação entre o Departamento de Governo Eletrônico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a versão 3.1, de abril de 2014. Segundo o Portal do Governo Brasileiro,

As recomendações do eMAG permitem que a implementação da acessibilidade digital seja conduzida de forma padronizada, de fácil implementação, coerente com as necessidades brasileiras e em conformidade com os padrões internacionais.

(e-MAG, 2014).

No desenvolvimento da pesquisa foi feito o uso de duas ferramentas de avaliação automática de níveis ou padrões de acessibilidade para analisar a página do Portal do Aluno, sendo essas o Test de acessibilidade web e o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios. Ambas ferramentas utilizam os critérios das Diretrizes de Acessibilidade de Conteúdo da Web recomendados pela W3C como referência.

Análise dos resultados

A partir da URL da página do Portal do Aluno, a ferramenta TAW faz a avaliação de acessibilidade segundo as regras WCAG 2.1 identificando quatro problemas e vinte e quatro advertências. Foram identificados a existência de problemas nas pautas de Conteúdo Textual, pela falta de alternativas textuais para todo o conteúdo não textual, de Informações e Relacionamentos, havendo lacuna na disponibilização em texto ou determinação programaticamente das informações, estrutura e relacionamentos transmitidos na apresentação, de Rótulos ou Instruções, não fornecendo informações suficientes para que seus usuários realizem tarefas sem confusão ou navegação indevida e de Nome, Função, Valor, não garantindo que as Tecnologias Assistivas possam coletar informações, ativar ou definir e manter-se atualizado sobre o status dos controles da interface do usuário no conteúdo. Já na pauta Finalidade do Link não foram encontrados problemas significando que o Portal do Aluno fornece ajuda aos usuários para a realização da navegação, encontro do conteúdo e determinação de onde eles estão e seus usuários conseguem entender a finalidade de cada link e assim decidir se desejam segui-lo.

Na plataforma Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES), a partir do URL da página do Portal do Aluno, foram identificados 5 erros no portal institucional da UFSM,

sendo 3 desses na seção de marcação, recomendando-se o fornecimento de âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo. Segundo a ferramenta, na barra de acessibilidade devem ser fornecidas âncoras que apontem para links relevantes presentes na página, para que assim seja possível ir ao bloco de conteúdo desejado. Na seção de comportamento, identificou-se um erro, sendo recomendado a garantia de que os objetos programáveis sejam acessíveis, devendo garantir que scripts, conteúdos dinâmicos e outros elementos programáveis sejam acessíveis a todos e que seja possível sua execução via navegação independente de seu dispositivo. Na seção apresentação/design foi identificado um erro, sendo recomendado que o elemento com foco seja visualmente evidente. Por fim, as seções conteúdo/informação, multimídia e formulários não apresentaram erros.

Considerações finais

Por meio da análise de acessibilidade desenvolvida na pesquisa, infere-se que o Portal Institucional da Universidade está em desconformidade com as Diretrizes de Acessibilidade da Web. As avaliações realizadas pelos avaliadores de acessibilidade contribuíram com o levantamento das principais inconveniências encontradas, sendo essas: problemas no conteúdo não textual, na disponibilização em texto ou determinação programaticamente das informações, na estrutura e relacionamentos transmitidos na apresentação, na apresentação de instruções ou rótulos para identificar os controles e entradas, na garantia que as AT possam coletar informações, ativar ou definir e manter-se atualizado sobre o status dos controles da interface do usuário, no fornecimento de âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo e no destaque visual do elemento com foco.

As inconsistências supracitadas dificultam a compreensão do conteúdo pelas pessoas com deficiência, mostrando que a página avaliada contraria a legislação brasileira já que essa resguarda a obrigação dos portais do governo brasileiro quanto à garantia de acessibilidade.

Outrossim, o projeto apontou possíveis melhorias no Portal do Aluno evidenciando a possibilidade de serem realizadas com baixo custo benefício, visto que as ferramentas de avaliação automática e recomendações internacionais e nacionais estão disponíveis gratuitamente

na Web. Esse estudo, bem como as ferramentas aplicadas em sua realização podem ser utilizados para a adoção de práticas para a promoção de acessibilidade Web em futuros projetos de instituições públicas e de atualização do Portal do Aluno da UFSM.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. **Informação, Sociedade e Cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras.** Ciência da Informação, Brasília, v.29, n.2, p.155-167, 1999. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/capitulomaq>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos: Rio de Janeiro: ABNT,** 1994. Disponível em: <https://documentos.mp.sc.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=5452>.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Presidência da República [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.956%2C%20DE%208,as%20Pessoas%20Portadoras%20de%20Defici%C3%Aancia.

BRASIL. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [2018]. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Lei_10.098-2000.pdf.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.** Brasília : MP, SLTI, 2014. 92 p.: color. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/eMAGv31.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2023.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, 2003 No 24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf &lang=pt>. Acesso em: 30 de jan. 2023.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
22º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Guarapuava/PR – 08 a 10/06/2023

FILHO T.A.G. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas.** Dissertação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2023.

FREIRE, A. P. **Acessibilidade no desenvolvimento de sistemas Web: um estudo sobre o cenário brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Ciências de Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – ICMC-USP, São Carlos, 2008.
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Data reafirma os direitos das pessoas com deficiência visual.** 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/deficiencia-visual>. Acesso em: 30 de jan. 2023.

MOLON CASTANHO, Denise; Napoleão Freitas, Soraia. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, núm. 27, 2006, pp. 1-4. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127397007.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2023.

MONTEIRO Maria Laura da Costa ; SILVEIRA Denis Silva da ; FERREIRA Simone Bacellar Leal. Universidade Aberta do Brasil: uma avaliação de acessibilidade com usuários com deficiência visual total e com baixa visão. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.4, n.2, Ago 2013. ISSN 2179-684X. DOI: <https://doi.org/10.6008/ESS2179-684X.2013.002.0019>. Acesso em: 30 de jan. 2023.

QUEIROZ, Marco Antonio de. **Acessibilidade web: tudo tem sua primeira vez.** Bengala Legal. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/capitulomaq>. Acesso em: 30 de jan. 2023.

RODRIGUES, Leonardo. BRITO, Rozimar. SILVA, Adriano *et al.* **ACESSIBILIDADE VIRTUAL: Um Estudo Acerca da Acessibilidade, Usabilidade e Comunicabilidade em portais Institucionais Federais.** In: **II Congresso Internacional de Educação Inclusiva – CINTEDI.** Campina Grande/PB, 2016, Universidade Estadual da Paraíba. Anais... Campina Grande: CINTEDI, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA2_ID2131_01092_016230304.pdf. Acesso em: 30 de jan. 2023.

TAW. **Test de acessibilidade web.** Disponível em: <https://www.tawdis.net/resumen>. Acesso em: 30 de



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
22º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Guarapuava/PR – 08 a 10/06/2023

jan. 2023.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **Diretrizes de Acessibilidade de Conteúdo da Web (WCAG) 2.1.** Recomendação do W3C05 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>. Acesso em: 30 de jan. 2023.